

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

BOURGEOIS AUTOCRACY, EC 95 AND THE DE-FUNDING OF BRAZILIAN PUBLIC HIGHER EDUCATION

Adnna Raquel Araújo de Souza¹
Maria Augusta Bezerra da Rocha²

Resumo

O presente estudo analisa a educação superior brasileira no contexto da austeridade fiscal e avanço da autocracia burguesa. As reflexões apresentadas são orientadas pelos seguintes questionamentos: Com o avanço neoliberal, ajuste fiscal e ataques às Universidades Públicas, como tem ocorrido o financiamento do ensino superior? Nesse sentido, busca-se apreender o processo de implementação do Novo Regime Fiscal e como a Universidade Pública tem sobrevivido. Trata-se de um estudo bibliográfico-documental com coleta de dados dos recursos destinados ao Ensino Superior (2016-2021) presentes na plataforma SIGABRASIL. Pôde-se constatar que o Novo Regime Fiscal promoveu alterações significativas no financiamento do ensino superior público, dando continuidade ao movimento de sucateamento das Instituições Federais e levando ao derruimento do investimento nas Universidades Públicas.

Palavras-chave: novo regime fiscal; ensino superior brasileiro; autocracia burguesa.

Abstract

This study analyzes Brazilian higher education in the context of fiscal austerity and the advance of bourgeois autocracy. The reflections presented are guided by the following questions: With the neoliberal advance, fiscal adjustment and attacks on Public Universities, how has higher education been financed? In this sense, we seek to apprehend the implementation process of the New Fiscal Regime and how the Public University has survived. This is a bibliographical-documentary study

¹Graduada em Serviço Social, graduanda em Administração Pública, Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: adnnaaraquel@gmail.com.

²Graduada e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: augusta.b.rocha@gmail.com.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

with data collection of resources destined to Higher Education (2016-2021) present in the SIGABRASIL platform. It could be seen that the promoted significant changes in the financing of public higher education, continuing the scrapping movement of Federal Institutions and leading to the collapse of investment in Public Universities.

Keywords: new fiscal regime; brazilian higher education; bourgeois autocracy.

INTRODUÇÃO

Assim como na história das demais políticas sociais brasileiras, o desenvolvimento da política de Educação esteve profundamente vinculado aos desdobramentos sociais, políticos e econômicos do país, de maneira a buscar respostas às necessidades criadas pelos movimentos de expansão do capital. Barbosa (2015), por exemplo, defende a ideia de que é somente após o escravismo que a “demanda social de educação” emerge no Brasil, instigada justamente pelo desenvolvimento acelerado econômico-político da época. Diante da formação social brasileira, por muito tempo a educação fora detentora de profundos recortes de classes, onde apenas os filhos da burguesia tiveram condições de acesso. Todavia, dialeticamente, a sua trajetória também esteve protagonizada pelo embate de classes antagônicas, de projetos cujo interesses divergiam entre si.

No contexto da Educação Superior, eixo para o qual voltamos nossas reflexões no presente escrito, não há disparidade. Apesar de possuir especificidades diante das demais instâncias da Educação (básica, média e técnica), o seu desenvolvimento também se deu pela lógica desenvolvimentista-mercantil, de tal forma que suas reformas engendraram o escopo mercadológico. Tal escopo objetiva não só dar continuidade aos movimentos de abertura à iniciativa privada, mas também de assegurar condições para reprodução do ethos burguês.

Acreditamos que o processo de compreensão da Educação Superior em tempos de ajuste fiscal nos implica refletir sobre a realidade concreta na qual se vive – o que é indissociável dos acontecimentos sócio-históricos do nosso país. Nesse sentido, não objetivamos realizar uma retrospectiva de toda sua história, mas assinalar algumas ponderações sobre sua trajetória, especificamente no contexto de crise estrutural do capital, a fim de reforçar que sua atual configuração de mercantilização – para nós essencialmente fundamentada na transferência de recursos públicos para instância privada e no desfinanciamento contínuo das instituições de ensino superior públicas – é consequente do movimento iniciado ainda no período ditatorial, e

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

que sua confluência advém especificamente da condição de capitalismo dependente, em meio a financeirização.

Nesse sentido, o artigo busca analisar o Novo Regime Fiscal e o Desfinanciamento do Ensino Superior Brasileiro em contexto de avanço da austeridade fiscal e da autocracia burguesa no Brasil. Trata-se de um estudo bibliográfico-documental sistematizado a partir de revisão de literatura das principais referências no debate de educação, ajuste fiscal e desfinanciamento, bem como na coleta de dados orçamentários sobre os recursos destinados ao Ensino Superior Brasileiro de 2016 a 2021 presentes na plataforma SIGABRASIL do Senado Federal.

Em sua primeira parte, o trabalho busca caracterizar determinantes macrossocietários do desfinanciamento da educação superior a partir da crise estrutural do capital e avanço do neoliberalismo. Em seguida, tem-se por objetivo discutir a educação superior brasileira na autocracia burguesa, trazendo as particularidades do contexto brasileiro pós-golpe de 2016 e o avanço do desfinanciamento com os dados orçamentários coletados e analisados.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, AJUSTE FISCAL E EMENDA CONSTITUCIONAL 95: O DESMONTE DE DIREITOS NA AUTOCRACIA BURGUESA

Na contemporaneidade, o mundo enfrenta uma crise estrutural do capital sem precedentes, mas essa crise não atinge todas as classes sociais com a mesma intensidade. Ao contrário, nesse início de 2021, em plena pandemia, a Revista Forbes (2021) anunciou que mais dez brasileiros passaram a integrar a pequena lista do grupo de bilionários no mundo, enquanto 55,2% dos domicílios brasileiros encontram-se em situação de Insegurança Alimentar (leve, moderada ou grave), conforme aponta estudo recente da Rede Penssan (2021). O agravamento da pobreza e da fome, enquanto cresce a riqueza de poucos capitalistas, evidencia o modo de funcionamento do capitalismo no qual “ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Mészáros (2002) caracteriza a crise em andamento como diferente das demais cíclicas vivenciadas ao longo da história do sistema do capital, tendo em vista sua processualidade

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

incontrolável, profundamente destrutiva e estrutural. Apesar de estrutural, não significa que o sistema esteja chegando ao colapso, visto que crises de intenção e duração variadas fazem parte do próprio modo de existência do capital, são formas de progredir além de suas barreiras imediatas e continuar estendendo seu dinamismo cruel e dominação.

Deve-se considerar que historicamente, diante do cenário de crise, o capital orchestra um conjunto de estratégias econômicas, políticas e ideológicas para recompor suas taxas de lucro e estender seu dinamismo. As estratégias do capital ganham destaque nos ideais neoliberais, cujo “remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.11). Esta reforma do Estado explica-se, também, em virtude do atual período do capitalismo marcado por uma hegemonia do capital financeiro e dos setores a ele ligados, que mobilizam estratégias econômicas e políticas para implementar as contrarreformas que atendam às necessidades de reprodução do capital nesse período histórico.

Para debater a realidade brasileira e as implicações desse conjunto de macro determinações é preciso retomar a relação indicada por Fernandes (1976) entre as transformações capitalistas em curso e a dominação burguesa adotada em cada país. Isso porque em economias periféricas e dependentes como a brasileira, essa dominação adquire particularidades a partir da interação entre as transformações capitalistas estruturais a nível mundial e os vários elementos econômicos e extra-econômicos da situação histórico-social, marcando na realidade brasileira um modelo autocrático burguês de transformação capitalista, como classifica Fernandes (1976).

Esse modelo se caracteriza pela conformação da negação de características democráticas e de participação da classe trabalhadora ao passo que concentra o poder na burguesia entre seus estratos de classe congregando um poder autocrático, de poucos, aglutinado nessas classes burguesas possuidoras. Assim que a burguesia reprime os movimentos e insatisfações populares enquanto atende aos desígnios das classes burguesas do capitalismo central, no movimento de reprodução do capital.

Essas características estão ligadas com os componentes da economia capitalista dependente subdesenvolvida brasileira e também o caráter da burguesia nacional associada ao grande capital que não congrega um projeto político de orientação democrática e soberania

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

nacional. Por sua condição dependente, a burguesia possui historicamente a difícil tarefa de compreender a sua própria realidade, em termos de papéis e das tarefas históricas que poderiam desempenhar: “como e enquanto burgueses de uma sociedade de classes subdesenvolvida e dependente na era do capitalismo monopolista e do imperialismo total” (FERNANDES, 1976, p.362-263).

Assim, as transformações no padrão autocrático ocorrem por arranjos de cúpula com setores oligárquicos colocando seus interesses de classe como prioridade e realizando as mudanças no país sem uma ruptura por meio de revolução democrático-burguesa. Revela-se, então, o caráter autocrático de dominação da burguesia brasileira no qual “se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe” (FERNANDES, 1976, p.394). Assim, salvam-se colocando seus interesses de classe em primeiro plano³, instalando uma oligarquia coletiva das classes possuidoras:

A dominação burguesa e o poder burguês ficam, em consequência, estreitamente confinados aos interesses e aos meios de ação das classes burguesas. E o consenso burguês não pode alargar-se em função do suporte direto ou indireto das demais classes, que não são articuladas à burguesia, quer mediante impulsões igualitárias de integração nacional quer através de dinamismos materiais de participação econômica ou dos dinamismos sociais de participação cultural e política. Ao se fecharem sobre si mesmas, as classes e os estratos de classe burgueses comprimem seu campo de atuação histórica e o seu espaço político criador, propriamente reformista ou revolucionário (FERNANDES, 1976, p.331).

Essa forma de operar que implica transformações, mas sem demandar necessariamente um projeto nacional e de fato mudanças caracteriza os condicionantes da modernização conservadora nacional, com os primórdios da industrialização brasileira modernizando sua economia no início do século XX, mas ao mesmo tempo conservando marcas históricas de concentração de poder e desigualdade. Em momentos de crise do capital e avanço da austeridade fiscal como a mais recente do século XXI, aprofundam-se as transformações

³ As classes burguesas têm de afirmar-se, autoprotoger-se e privilegiar-se através de duas séries de antagonismos distintos: os que se voltam contra as classes operárias e as classes destituídas (que se poderiam considerar como “inimigo principal”); e os que atingem as burguesias e os focos de poder nas sociedades capitalistas hegemônicas e do sistema capitalista mundial (que se poderia entender como o “aliado principal”). As contradições são intrínsecas às estruturas e aos dinamismos da sociedade classes sob o capitalismo dependente. (FERNANDES, 1976, p.349)

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

capitalistas e a necessidade das nações capitalistas de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida, como aponta Fernandes (1976).

Nesse contexto, tem-se entre final dos anos 1980 e início dos anos 1990 o Estado reformado, para atender às novas necessidades do capital em crise, configurando-se como “Estado mínimo para o social e máximo para o capital”, dado o objetivo de assegurar liberdade de movimento para o capital financeiro e as contrarreformas que asseguram maior grau de exploração da força de trabalho como também retirada de direitos dos trabalhadores. Processo realizado através da burguesia nacional que apesar de dependente é “bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. Essa necessidade torna-se ainda mais aguda sob o imperialismo total” (FERNANDES, 1976, p.294).

Nesse solo histórico que se propaga diariamente (desde os anos 1980) aos quatro cantos do país a crise fiscal do Estado e como consequência direta a população vem sofrendo com a baixa qualidade dos serviços prestados resultantes dos cortes nas áreas sociais. Cenário que vem sendo cada vez mais acentuado, posto que:

Os últimos anos foram fortemente marcados pelo contingenciamento dos recursos públicos para gerar o superávit primário. A política de austeridade fiscal, iniciada por Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo governo Lula, faz parte de um conjunto de medidas adotadas – advindas do receituário neoliberal – preconizadas pelas agências financeiras internacionais (STICOVSKY, 2010, p. 148-149).

Sticovsky (2010) cita a austeridade fiscal no Brasil sob a influência do neoliberalismo, adotada na gestão do presidente Itamar Franco (PMDB), com a implementação do Plano Real, e aprofundado no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), embora o pacote de ajuste fiscal tenha sido concebido no contexto pós-transição democrática, das décadas de 1980/90. O Plano Real, segundo Salvador (2017), possuía um tripé baseado em: a) uma política monetária com altas taxas de juros; b) política de câmbio sem controle para entrada de investimentos estrangeiros– permitindo entrada e saída de divisas e; c) uma política fiscal, que se ancora no superávit primário, isto é, o resultado positivo entre as despesas e as receitas do governo, sem contabilizar os juros da dívida.

Em 1999, no governo FHC por imposição do Fundo Monetário Internacional, foram implementadas metas desses superávits para garantia do pagamento dos juros da dívida visando um compromisso com a estabilidade econômica e com algumas contrarreformas. Não à toa que, nesse período, foram engendradas contrarreformas do Estado somado com a privatização de empresas estatais. Sendo assim, a política fiscal é direcionada a criação do superávit primário,

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

conforme recomendada pelo chamado “Consenso de Washington”⁴ na qual FHC recebeu do capital as orientações das medidas de ajuste e de limitação da intervenção do Estado, como solução do endividamento público, dos elevados índices inflacionários e da estagnação econômica dos países de baixo desenvolvimento.

O endividamento dos Estados nacionais por meio da dívida pública, nesse contexto de crise estrutural, desempenha um papel fundamental para permitir o funcionamento da lógica de acumulação, beneficiar a burguesia financeira e colocar o ônus da dívida na classe trabalhadora, de modo que como afirma Brettas:

[...] a crise financeira foi assumida pelos Estados por meio da dívida pública e está sendo paga pela classe trabalhadora, via imposição de um ajuste fiscal que restringe direitos, contribui para o aumento do desemprego e precariza as condições de vida de grandes parcelas da população” (2012, p. 115)

Assim, a dívida é uma forma de usurpar os valores produzidos pela classe trabalhadora para apropriação privada numa estratégia de captar a mais-valia e garantir a reprodução do capital. E enquanto se prioriza o pagamento dos juros da dívida através do orçamento público, nota-se o contingenciamento e a retração no investimento das políticas sociais, absolutamente essenciais para a garantia de sobrevivência e melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora.

Verifica-se, com isso, as disputas de classe que perpassam o fundo público⁵, sobretudo em relação ao orçamento público e sua parte visível que não se restringe a uma peça técnica, mas que se caracteriza - desde seus primórdios - enquanto peça de cunho político (OLIVEIRA, 2009), com interesses em disputa na qual está em jogo para a classe trabalhadora a garantia de recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais.

⁴ Entre os dias 14 e 16 de janeiro de 1993, o Institute for International Economics, destacado “think tank” de Washington, tendo à frente Fred Bergsten, reuniu cerca de cem especialistas em torno do documento escrito por John Williamson, “In Search of a Manual for Technopols” (Em Busca de um Manual de ‘Tecnopolíticos’), num seminário internacional cujo tema foi: “The Political Economy of Policy Reform” (A Política Econômica da Reforma Política). Durante dois dias de debates, executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, junto com alguns acadêmicos, discutiram com representantes de 11 países da Ásia, África e América Latina “as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um ‘technopol’ a obter o apoio político que lhe permitisse levar a cabo com sucesso” o programa de estabilização e reforma econômica, que o próprio Williamson, alguns anos antes, havia chamado de “Washington Consensus” (Consenso de Washington). Um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje, pelo FMI e pelo Bird em mais de 60 países de todo mundo. Estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais [...] (FIORI, 1994, p. 1).

⁵ Obtido por meio de impostos, contribuições, taxas, bem como da mais-valia proveniente da riqueza produzida socialmente.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

Dessa forma, o contingenciamento dos recursos públicos para as políticas sociais ao mesmo tempo em que se prioriza o pagamento dos juros da dívida e geração do superávit primário para alimentar o capital portador de juros compõe o ajuste fiscal enquanto uma das estratégias do capital em cenário de crise.

Essas medidas de estabilidade monetária e ajuste fiscal sustentadas no Plano Real⁶ seguiram sendo implementadas desde FHC por sucessivos governos que atravessaram o Palácio de Planalto, inclusive os governos do Partido dos Trabalhadores (PT; 2003-2016) que apesar de terem contribuído com políticas e programas sociais - que reduziram os níveis de pobreza – seguiram com a priorização de pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Após o golpe que tirou o mandato presidencial legítimo da presidenta Dilma e colocou no poder Michel Temer, acentua-se o que na literatura econômica segundo Salvador (2020), denomina-se política de austeridade, em particular, a fiscal. O afastamento da presidenta eleita democraticamente e o aprofundamento da austeridade expressam mais uma vez a relação entre transformações capitalistas e o padrão autocrático de dominação burguesa, realizada agora em momento de necessidade de aprofundamento das medidas de ajuste fiscal para atender os interesses da oligarquia financeira burguesa.

Nesse momento destaca-se a continuidade de realização do superávit primário como indicador importante para os rentistas e a maior captura do fundo público para o pagamento da dívida pública. Isso tudo aliado ao congelamento e a redução de gastos sociais com a supracitada EC 95 que representa “um draconiano ajuste fiscal, que impede a expansão do orçamento, em particular, das despesas públicas discricionárias nas políticas de saúde, educação, ciência e tecnologia, infraestrutura” (SALVADOR, 2020, p. 4).

Apesar do cenário dramático que já se apontava com a radicalidade neoliberal de Temer, em 2018 a extrema direita com traços fascistas se elege ao poder Executivo na figura de Jair Bolsonaro que com apoio de frações da burguesia nacional e internacional, contando com uma base social caracterizada pela disseminação do ódio e de ataques à democracia possui o

⁶ Poucos ainda têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integra a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington, onde o Brasil esteve representado pelo ex-ministro Bresser Pereira. E aí se inscreve não apenas por haver sido formulado por um grupo paradigmático de "technopols", mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações, etc, para que só depois de restaurada uma economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento. (FIORI, 1994, p.1)

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

comando do governo marcado pela política de austeridade fiscal e de contrarreformas do Estado.

Esse cenário atinge a política e as próprias condições de sociabilidade, tendo em vista os sinais em vários países de regressão civilizacional e ameaça à democracia. A autocracia avança nesse contexto tanto nas condições de sociabilidade expressas no cotidiano como também na conformação do Estado tendo que em vista o poder burguês é um poder que se “impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva” (FERNANDES, 1976, p.297)

É nesse contexto de austeridade e autocracia burguesa, com os impactos da EC 95 e do governo de extrema direita associado à burguesia, que as políticas sociais sofrem ano após ano mais derruimento, como será analisado a partir da política de educação superior no tópico seguinte.

3 Educação superior e autocracia burguesa: determinantes históricos para compreender a atualidade

Ao mesmo tempo em que o mundo experienciava o processo de transnacionalização da economia somado ao avanço tecnológico na década de 1960, a burguesia local sentia que seus privilégios estavam sob ameaça e que suas práticas de defesa se mostravam ineficientes diante do contexto de efervescência sócio-político no país. Sua saída foi recorrer às formas tirânicas de opressão de classe, aliando a organização do Estado ao imperialismo. O discurso empregado pelos militares, pautado nos valores da família, na ordem e segurança, eram funcionais à nova ordem e reforçavam a posição contrária às reformas gestadas pelos movimentos de massa (LEHER, 2005).

No contexto do Ensino Superior, na década 1960⁷, tencionado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista (que passa a exigir uma ampliação do acesso à

⁷ Ainda na década de 1960, especificamente no ano de 1968, ocorreu a reforma universitária. Esta reforma foi responsável pela reestruturação das universidades brasileiras e incorporou o modelo americano, com o sistema de créditos e departamentalização. Segundo Santos e Cerqueira (2009, p.5) “a reforma dos militares continha basicamente as seguintes mudanças: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (não

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

educação) teve início a uma série de medidas que buscaram assegurar não só a formação da mão-de-obra necessária para os cargos que surgiram junto às empresas públicas e privadas, mas também a “difusão da concepção de mundo burguesa, sob a imagem de uma política inclusiva” (LIMA, 2009, p.6).

A partir de 1970 o mundo capitalista experienciou inúmeras transformações com a crise estrutural do capital como supracitado, o que intensificou a demanda pelo Ensino Superior. Esse cenário serviu de pano de fundo para o movimento de mercantilização que, através da ampliação da oferta do ensino privado, promoveu a entrada de inúmeras instituições ao mercado. Com essa promoção, a concorrência se acirrou e as instituições menores passaram a integrar as grandes corporações, dando início aos processos de fusão entre as instituições de ensino superior privadas.

Com a reabertura democrática, junto às inúmeras manifestações da massa, à assembleia constituinte e à própria promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a universidade passou por novas mudanças. Contudo, sequer movimentos de tamanha magnitude foram capazes de romper com o modelo instaurado e, apesar de trazer o debate sobre a autonomia universitária em seu corpo, a Constituição Federal de 1988 manteve a incidência da privatização do ensino superior público e do repasse de recursos públicos para o setor privado.

Na década de 1990, no contexto de aprofundamento da política neoliberal, emergem as “orientações” encabeçadas pelos organismos internacionais (Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio). Sempre resguardando os interesses do capital – principalmente em seu contexto financeirizado –, suas orientações, fundamentadas no ethos burguês, buscavam paulatinamente a desresponsabilização do Estado, para que assim houvesse redução nas interferências estatais, ampliação mercadológica, concentração de investimentos na educação primária e manutenção da condição de subalternidade tecno-científica.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) fora, então, marcado pela busca da desresponsabilização estatal, onde a educação superior se apresentasse enquanto um gasto regressivo, livre para a iniciativa privada. Foi justamente nesse momento que o Brasil se tornou o “centro dos maiores mega grupos privados de educação com capital aberto nas bolsas de valores” (FRIGOTTO, 2021). Fundamentado no discurso do alto custo e baixa eficiência,

à flexibilização)”. Se tratou de uma reforma concentrada na reestruturação organizacional, uma mudança necessária para que a universidade cumprisse com os objetivos burgueses.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

somados à necessidade de formação para campos específicos e de duração menor que os modelos tradicionais, verificou-se uma ampliação nos tipos de instituições, modalidades e cursos.

Segundo Silva (2018), a privatização das universidades ocorreu de duas maneiras, sendo a primeira atrelada a redução nos investimentos do orçamento da união para assegurar o pagamento da dívida externa e a segunda voltada ao repasse do controle da produção das universidades aos monopólios estrangeiros. A adequação do ensino à dinâmica do mercado culminou no aligeiramento da formação, considerando a necessidade de rotatividade nas instituições e do constante fornecimento de mão-de-obra para o mercado.

Nesse contexto, Chauí (2003) sinaliza que as mudanças sofridas na universidade pública nos últimos anos, particularmente com a reforma do Estado, designaram a educação como um dos serviços não exclusivos do Estado. Essa localização significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; e b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

Compreendemos que para além do processo de privatização se buscava ainda a fragmentação da tríade ensino-pesquisa-extensão, a fim de aligeirar o processo de formação, reduzir gastos, financeirizar e privatizar pesquisas, retirar o viés crítico da universidade e introduzir a lógica produtivista/gerencialista através das avaliações. Esse processo altera o próprio significado da Universidade que passa a operar cada vez mais de acordo com os ditames do mercado, assim:

[...] Chauí nos pôde mostrar que, especialmente a partir da década de 1990, houve o deslocamento da Universidade concebida como instituição pública ligada ao Estado republicano para o de organização social vinculada ao mercado. Uma Universidade operacional, avaliada não mais em razão de sua função social e cultural de caráter universal, mas da particularidade das demandas do mercado. Ou seja, centrada na pedagogia dos resultados e do produtivismo, na análise de Saviani (FRIGOTTO, 2011).

Em relação aos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016) tivemos concomitante aos inúmeros avanços para o acesso e permanência no ensino superior (como o movimento de expansão das universidades, as políticas de cotas e os programas de financiamento estudantil e de bolsas permanência), o prosseguimento do movimento de ampliação e fortalecimento dos grandes conglomerados da educação.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

No governo Dilma em especial, além da continuidade dos projetos do governo anterior e a adoção de novas ações, a financeirização da educação superior atingiu novos patamares através dos programas de concessão de bolsas (Programa Universidade Para Todos) e do financiamento estudantil (FIES), onde houve crescimento no repasse de recursos públicos para iniciativa privada. A título de exemplo, segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (2015), no ano de 2014 foram celebrados 732.593 novos contratos; um quantitativo nove vezes maior do que no ano de 2010, quando foram firmados 76.039 contratos.

Ou seja, mesmo se tratando de governos com projetos distintos dos anteriores, observou-se junto às inúmeras políticas de expansão, ampliação de acesso e permanência no ensino superior promovidas pelos governos petistas, o prosseguimento do movimento de financeirização na educação. Além disso, apesar de termos observado ações fundamentais para a ampliação do acesso ao ensino superior pela classe trabalhadora, é preciso reiterar que ele não foi capaz de promover uma ruptura com o padrão dependente de desenvolvimento e que suas ações estiveram em consenso com as necessidades de “modernização” voltadas à dinâmica internacional do capital. Para Sguissardi (2015) a educação superior no Brasil atravessa um intenso processo de transformação de um direito em “serviço comercial” ou mercadoria, um processo de massificação mercantilizadora que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização.

Percebe-se, então, os interesses de classe que norteiam a transformação no conjunto do capitalismo de um direito que beneficia a classe trabalhadora em mais um serviço fornecido pelo capital através da mercadorização e financeirização, inclusive com financiamento do Estado. Assim, apesar do Estado possuir uma estrutura constitucional e funcional, no fundo o seu sentido é classista, autocrático e oligárquico ligado e demandado pela burguesia nacional, posto que:

O Estado se diferencia e, ao mesmo tempo, satura sua estrutura constitucional e funcional de uma maneira tal que fica patente ou que se pratica, rotineiramente, uma democracia restrita ou se nega a democracia. Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva suas estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam, simultaneamente, o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante. (FERNANDES, 1976, p.350)

Nesse sentido, compactuamos com o pensamento de Reis (2016) e sustentamos que as prioridades definidas pelos governos ao longo dos anos justificam o atual modelo de Ensino

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES) FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

Superior do país. Acreditamos que o fortalecimento da tendência privatista no Ensino Superior aconteceu de maneira gradativa, estando sempre presente e não se restringindo a um ou outro governo, mas se expressando em diferentes intensidades.

Acreditamos, assim, que seu viés privatista é anterior, pois possui em sua gênese a lógica mercantil subserviente, característica de uma origem burguês-dependente e, ao mesmo tempo posterior, porque faz parte de um movimento contínuo de (re) adequação aos ditames do capital. Uma dinâmica dialética que adquire contornos ainda mais complexos a partir do golpe e destituição do Governo Dilma Rousseff, como será analisado a seguir.

3.1 O (des) financiamento da Educação Superior no pós-golpe

A partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, que culminou com o impeachment da presidente Dilma e no empossamento de Michel Temer, a agenda neoliberal passou a receber a “devida atenção”, priorizando ainda mais o capital financeiro portador de juros e, sobretudo, aprovando uma série de contrarreformas estruturais que trariam novas configurações às políticas sociais e conseqüentemente ao ensino superior público. Com a Emenda Constitucional número 95/2016 (EC 95), a partir de 2017 os gastos primários da educação, assim como as demais políticas sociais, foram congelados, atualizando-se apenas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo⁸ (IPCA) do ano anterior. Em uma projeção:

Os investimentos diretos em educação serão reduzidos em cerca de 40%. Os recursos, atualmente de pouco mais do que 5% do PIB, cairão para cerca de 3% do PIB até 2036, um padrão que nos colocará, quase em meados do século 21, em uma situação como aquela do final da década de 1990, um retrocesso totalmente inaceitável e que nos recolocará entre os países mais atrasados de todo o mundo no que diz respeito à capacidade de superar atrasos educacionais (HELENE, 2016, p. 1).

Nesse período, onde se intensifica a adaptação do país à conjuntura de crise internacional, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passam a vivenciar em seu cotidiano a incidência de cortes sistemáticos, atrelando a limitação de recursos destinados à

⁸ O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) consiste em um dos índices de preços utilizados para averiguar a situação da inflação no Brasil, ou seja, para entender sobre o aumento dos preços de produtos e serviços. O propósito é o de medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população e o seu resultado mostra se os preços aumentaram ou diminuíram de um mês para o outro. O governo federal usa o IPCA como o índice oficial de inflação do Brasil. Portanto, ele serve de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros. (IBGE, 2023). Disponível em: <<https://ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

manutenção e renovação física das instituições ao refreamento do movimento de expansão de matrículas – asseguradas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – e a constante pertinácia para o aminguamento da universidade.

A partir do ano de 2019 esse cenário adquire novas características que para nós se tornou, ao longo dos anos, cada vez mais alarmante, haja vista seu quadro de retrocesso civilizatório. Com a ascensão da extrema-direita através da eleição do então presidente Jair Messias Bolsonaro, as políticas sociais passaram a (sobre)viver em constante ameaça. Durante seu governo foram realizados inúmeros ataques aos direitos sociais básicos e às políticas sociais. Seu discurso conservador, de cunho antidemocrático, buscou intercorrências estruturais que assegurassem a efetivação plena das contrarreformas infligidas pela grande burguesia. Não bastava, agora, manter um programa de duplo viés⁹ como havia sido durante os governos petistas – seu objetivo era claro e conciso com sua agenda: destruir o que a duras penas vinha se construindo desde a reabertura democrática.

Pautado no discurso anticiência, o governo Bolsonaro foi marcado por uma série de ataques à Educação Pública. Não só no quesito orçamentário – como veremos mais à frente – , onde foram realizados dezenas bloqueios e cortes ao longo do seu mandato, mas na retomada de um viés ideologizante por meio do fortalecimento do “Escola Sem Partido”¹⁰ , no cerceamento da autonomia docente e na ampliação dos movimentos conservadores dentro das universidades, nas inúmeras ofensas às comunidades acadêmicas, na nomeação de reitores que não foram os mais votados pelas consultas públicas realizadas nas IFES, na disseminação de fake news, na desvalorização da ciência e na manutenção do estado de subserviência tecnológica do país por meio da defesa do “Future-se”¹¹.

⁹ Por duplo viés nos referimos a tentativa de conciliação de classes protagonizada em especial pelos governos petistas. Duplo viés porque para nós ao mesmo tempo em que viabilizou o acesso a direitos sociais via políticas sociais compensatórias para a classe trabalhadora, concedeu terreno para que o grande capital financeiro seguisse ficando e expandindo suas raízes.

¹⁰ Segundo Frigotto (2021) o movimento Escola sem Partido foi criado em 2004, tratando-se de uma organização com traços moralistas e neofacistas que objetivava o controle ideológico do ensinar e do que ensinar. Segundo o autor, é a partir desse movimento que surge a tese de que à escola cabe apenas o papel de ensinar, não educar e, diante disso, os professores precisam ser vigiados para que, caso cometam “manipulação ideológica”, sejam denunciados.

¹¹ Através do discurso de "fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, por meio de parcerias com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios” (BRASIL, 2019) se objetivava a abertura da universidade pública para iniciativa privada.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

Contexto esse agravado com a utilização do ensino remoto durante a pandemia do novo coronavírus (sars-cov-19) enquanto experimento para o projeto de ampliação e consolidação do ensino a distância para todas as instâncias da educação e o escândalo de propina e corrupção envolvendo o gabinete paralelo do Ministério da Educação. Em suma, uma série de atentados contra a Educação Pública e o Ensino Superior a fim de deslegitima-lo, desfinancia-lo e desmonta-lo.

Nesse sentido, compreendendo que o debate das políticas sociais, em especial da política de Educação na conjuntura supracitada, não se encontra desconexa da discussão sobre o orçamento público, daremos seguimento a nossa análise, agora a partir de consultas realizadas no Painel do Orçamento do Senado Federal, por meio do SIGABRASIL¹², no Painel do Especialista.

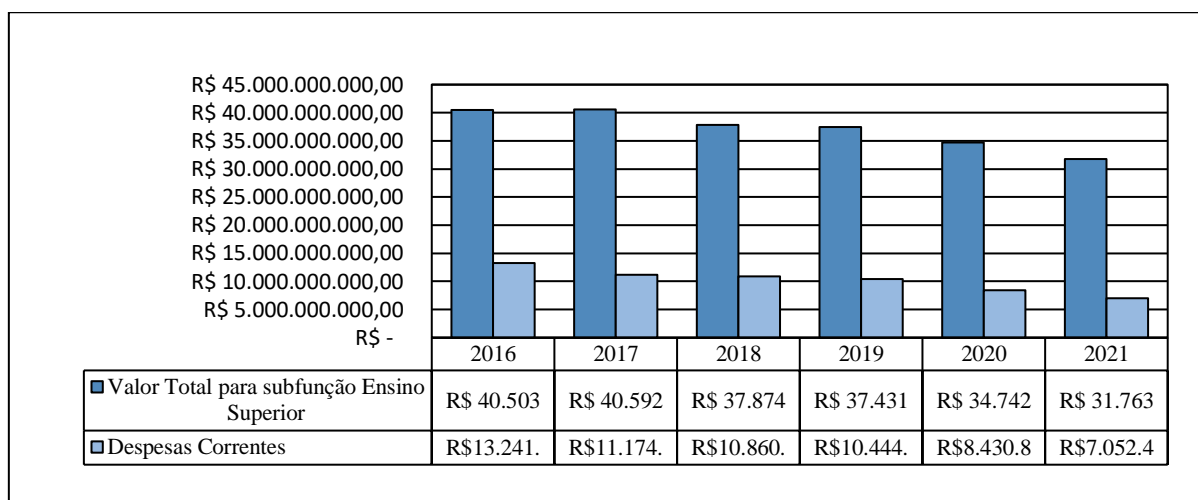
A plataforma SIGABRASIL é um sistema eletrônico de informações mantido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle e pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN) que possibilita o amplo acesso aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e de outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos (ENAP, 2021). Essa plataforma foi escolhida por apresentar acesso facilitado aos dados orçamentários através de uma interface gráfica intuitiva, que possibilita não só realizar consultas através das classificações orçamentárias – receitas e despesas – e montar gráficos específicos, bem como apresenta valores já deflacionados, atualizados pelo IPCA mais recente.

Outrossim, através da sistematização dos dados foi possível constatar os percalços experienciados pelo Ensino Superior brasileiro diante das limitações orçamentárias pós EC-95. O gráfico abaixo demonstra o decréscimo nos recursos destinados à subfunção 364 – Ensino Superior nos últimos anos.

GRÁFICO 1 – Execução orçamentária da subfunção Ensino Superior (em Bilhões)

¹² Disponível em: <https://www9.senado.leg.br/painelespecialista>

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO



Fonte: Senado Federal (Sistema SIGA Brasil). Elaboração própria. Os dados correspondem aos valores pagos, corrigidos com IPCA a preços de novembro de 2022. Nos valores totais encontram-se os gastos com o pessoal ativo, além dos gastos voltados ao funcionamento, reestruturação e expansão IFES, assistência ao estudante, investimento de capital, dentre outros.

Os recursos destinados às despesas correntes são aqueles voltados para o pagamento das despesas do dia-a-dia das IFES, ou seja, de custeio. São eles que cobrem os gastos com água, energia, bolsas e auxílios para estudantes, contratos para prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, apoio a eventos, compra de passagens e pagamento de diárias. Comparando o ano de 2021 com 2016, o ensino superior sofreu um decréscimo de 21.5% no valor total de recursos pagos; na particularidade das despesas correntes esse percentual chega aos 46.7%.

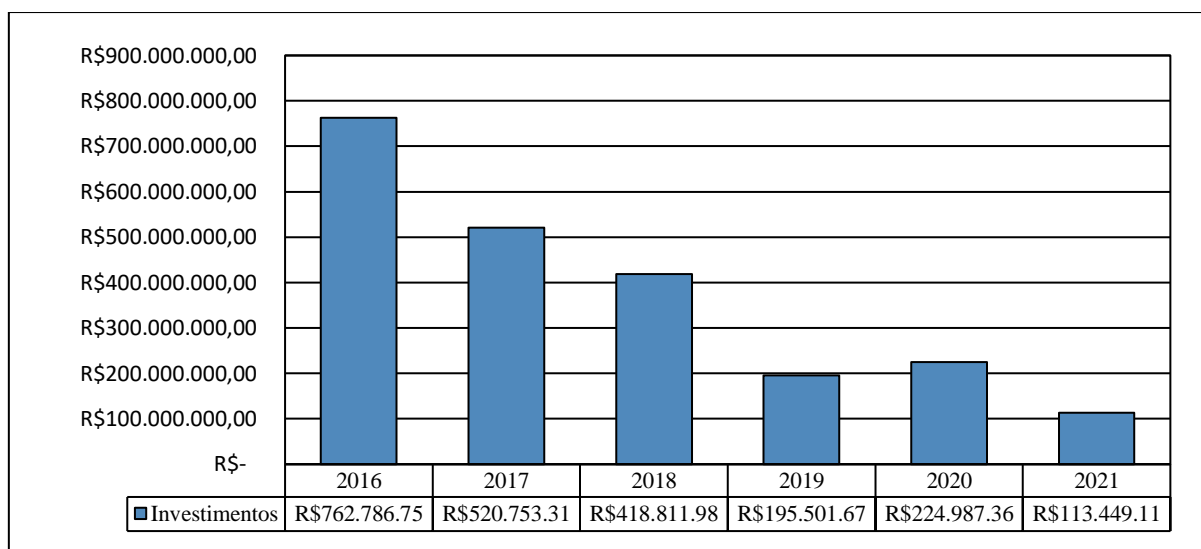
No tocante aos recursos para investimentos a situação se demonstra ainda mais estarrecedora. Em tempos de desfinanciamento das IFES, a primeira instância a sofrer cortes profundos é justamente a de investimento. Atrelando o discurso da insuficiência para autogestão ao de abertura para investimento privado e se aportando numa visão deturpada da autonomia universitária tratada na Constituição Federal de 1988, os governos reduziram significativamente os repasses de recursos de capital, impossibilitando a continuidade de obras, a construção de novas instalações e até mesmo inviabilizando a aquisição de novos materiais em inúmeras instituições pelo país.

Segundo o painel SIGABRASIL, o valor destinado para investimentos no ensino superior no ano de 2021 foi de R\$ 113 milhões, o que corresponde a 9.5% do montante repassado para a mesma função no ano de 2011. Ou seja, em 10 anos o investimento para o

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

ensino superior público brasileiro sofreu uma redução de 90.5%. Já quando comparado com o ano de 2016, o repasse realizado em 2021 foi 85% menor. O gráfico a seguir nos demonstra nitidamente esse movimento de declínio nos últimos anos:

GRÁFICO 2 – Investimentos para subfunção Ensino Superior (em Milhões)



Fonte: Senado Federal (Sistema SIGA Brasil). Elaboração própria. Dados correspondem aos valores pagos, corrigidos com IPCA a preços de novembro de 2022.

De maneira sucinta: o que vemos no cotidiano das universidades através da ausência de recursos para manutenção de materiais como computadores e ares-condicionados, obras inacabadas, demissões de funcionários terceirizados e rompimento de serviços se demonstra também através dos dados orçamentários, nesse contexto reside a importância de estudantes e pesquisadores também nos apropriarmos dessas ferramentas.

Considerações finais

A Educação brasileira vislumbrada na qualidade de mercadoria e que se busca a todo custo distanciá-la enquanto direito socialmente garantido não é novidade na dinâmica mercadológica capitalista. Sabemos que esse processo mercadológico está imbricado em sua história, agrilhado nos percalços que perpassam sua construção e desenvolvimento. Em tempos de avanço do conservadorismo, de práticas fascistas alimentadas pela extrema direita brasileira, defender a Educação e produzir ciência é ser resistência. Vivemos sob uma constante ameaça; discentes, docentes e demais servidores, sob a mira de um governo que enxerga e trata a universidade como inimiga.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

Através das sucessivas contrarreformas da qual a EC 95 é um dos maiores exemplos, o Estado brasileiro tem institucionalizado a política de ajuste fiscal, realizando cortes e limitações orçamentárias, com a finalidade de assegurar o pagamento da dívida e dos juros do refinanciamento, colocando em cheque a garantia dos direitos sociais.

Nesse contexto, as políticas sociais têm sofrido progressivamente com a limitação orçamentária, com o desmonte estatal, a desestruturação e o desfinanciamento. Na particularidade do Ensino Superior, como pudemos observar, esse processo se concretiza através do incentivo para iniciativa privada e do sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior. Os dados apresentados ao longo do estudo nos possibilitaram compreender esse cenário e elucidou quão necessária e urgente é luta pela revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016 na perspectiva de realizar a disputa do orçamento público na efetivação dos direitos sociais, como o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade com ampliação de investimentos orçamentários.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BARBOSA, Mayara de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira** / Mayara de Queiroz Barbosa. Campinas: Papel Social, 2015.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.p.93-120.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Future-se**. Programa que trata da autonomia financeira das Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://gtfuturese.paginas.ufsc.br/files/2019/08/Dossie%CC%82-FUTURE-SE-ufba.pdf>>.

_____. Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório de auditoria: avaliação da sustentabilidade e da eficácia do Fies**. 2016. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/08/43/F7/B1/51B98510784389852A2818A8/011.884-2016-9%20_FIES_.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. **Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003 N° 24.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Processo Legislativo Orçamentário**. Módulo 4. ENAP, Brasília, 2021.

FERNANDES, Florestan. O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. In: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FIORI, José Luis. **Os moedeiros falsos**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/03/mais!/10.html>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. Salvador: **Germinal** – Marxismo e Educação em Debate, v.13, n.1, p.636-652, abr. 2021.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 235-254, 2011.

HELENE, O. PEC 241 torna inconstitucional o desenvolvimento social e cultural. **Correio da Cidadania**, 24 set. 2016. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12035:pec-241-torna-inconstitucional-o-desenvolvimento-social-e-cultural&catid=72:imagens-rolantes.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. **FÁVERO, Osmar. Democracia e educação em Florestan Fernandes. Campinas: Autores Associados**, p. 211-245, 2005.

LIMA, Katia Regina de Souza. **Capitalismo dependente e reforma universitária consentida**: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/256/CAPITALISMO%20DEPENDENTE%20E%20REFORMA%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20CONSENTIDA%20-%20A%20CONTRIBUI%C3%87%C3%83O%20DE%20FLORESTAN%20FERNANDES%20PARA%20A%20SUPERA%C3%87%C3%83O%20DOS%20DILEMAS%20EDUCACIONAIS%20BRASILEIROS.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 nov. 2022

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Fabrício. **Economia e política das finanças públicas**: uma abordagem crítica da teoria convencional, à luz da economia brasileira. São Paulo: Hucitec, 2009.

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasil, 2021.

AUTOCRACIA BURGUESA, EC 95 E O (DES)FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO

REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais**. In: Revista Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, n. 57, 2016. p. 16-35.

REVISTA FORBES. **Brasil tem 10 novos bilionários no ranking de 2021**. Disponível em <<https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/brasil-tem-10-novos-bilionarios-no-ranking-de-2021/>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALVADOR, Evilásio. A desvinculamentação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. In: **Revista Advir**. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: Asduerj, 2017.

SALVADOR, Evilásio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul.-dez. 2020.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis. 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 867-889, 2015.

SIGA BRASIL. **Painel do Especialista sobre o Orçamento da União**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: nov. 2022

SILVA, Solange Pereira da. As políticas econômicas brasileiras e os desmontes das universidades públicas. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES, n.61, p.94-105, 2018.

STICOVSKY, Marcelo. In: MOTA, Ana Elisabete (org). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.